

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.270 - MG (2019/0356897-6)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : R F G  
**ADVOGADO** : JUAREZ ALBERTO DE SANTANA E CUNHA - MG049460  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por R F G contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado pela prática do delito referido no art. 215-A do CP, por praticar "*atos libidinosos contra a vítima [...], sendo que, enganou a vítima, fingindo contratar-lhe para aspirar o veículo do denunciado, sendo que, após iniciado o serviço pela vítima, o denunciado passou a mão em sua bunda, sem consentimento e em evidente constrangimento da vítima, que estava em seu ambiente de trabalho*" (e-STJ fl. 10).

Na ação originária, postulou a defesa o trancamento da ação penal e o reconhecimento da inépcia da denúncia – e-STJ fl. 247.

No entanto, a Corte de origem denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 246):

HABEAS CORPUS – IMPORTUNAÇÃO SEXUAL – TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL – INVIABILIDADE – MEDIDA EXCEPCIONAL – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA NÃO EVIDENCIADA – ATIPICIDADE DA CONDUTA NÃO DEMONSTRADA DE PLANO – INÉPCIA DA DENÚNCIA NÃO VERIFICADA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. - O trancamento da ação penal só ocorrerá nos casos de evidente falta de justa causa, que deve estar demonstrada de plano, pois a via estreita do Habeas Corpus, de cognição e instrução sumárias, não é compatível com o exame aprofundando de provas. - A falta de justa causa caracteriza-se pela absoluta falta de provas da materialidade ou da autoria, inequívoca atipicidade da conduta ou de causa extintiva da punibilidade. - Não há que se cogitar em inépcia da denúncia quando esta estiver em conformidade com o artigo 41 do CPP, descrevendo os fatos e suas circunstâncias, além de preservar o potencial direito à ampla defesa e ao contraditório.

# Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do presente recurso ordinário, a defesa reafirma as alegações originárias, asseverando, para tanto, que *"a palavra da vítima, (mulher) em que pese nos dias de hoje, não deve ser valorada de maneira especial, especialmente nos delitos contra a dignidade sexual, desde relato no Boletim de ocorrência até depoimento delegacia mostrou-se vacilante e, por vezes, causa até perplexidade"* (e-STJ fl. 267).

Diante disso, pleiteia p trancamento do feito (e-STJ fl. 271).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator